

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 108/XII/ 3.ª SL

Aos 17 dias do mês de setembro de 2013, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte (10:30)

1. Informações;
2. Outros assuntos.

II Parte (11:00)

Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete
- Ponto de situação sobre a Síria.

I Parte (10:30)

1. Informações;

O Sr. Presidente, Deputado Alberto Martins, deu início à reunião começando por cumprimentar os membros da Comissão. Passou ao ponto 1 da Ordem do Dia, informando sobre as audiências realizadas: a Mesa e Coordenadores receberam no passado dia 6 de setembro, Sua Alteza o Aga Khan e Delegação e a delegação da Comissão-B de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança Nacional do Parlamento Nacional de Timor-Leste, em conjunto com a Comissão de Defesa Nacional. No dia 10 de setembro, às 14:30, recebeu o Senhor Embaixador Daniel Fried, Coordenador para a Política de Sanções, do Departamento de Estado dos EUA. Deu conhecimento sucinto sobre os temas abordados neste conjunto de audiências.

Informou ainda que no dia 20 de setembro, irá estar presente na Cerimónia de Boas Vindas ao Presidente da República de Timor-Leste, Taur Matan Ruak e, às 16:30, está agendada audiência com a vice presidente do Parlamento de Marrocos, Khadija Rouissi. Estarão presentes o Dr. Aziz Smires, militante da defesa dos Direitos Humanos e Prof. Doutor Nuno Sousa Neves, professor universitário e militante da



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 108/XII/ 3.ª SL

defesa dos Direitos Humanos e convidou os membros da Comissão a estarem presentes.

Relativamente à deslocação a Moçambique informou que os custos associados à viagem aumentaram significativamente, não havendo verba disponível no orçamento da Comissão, pelo que há duas hipóteses, ou se pede o reforço de verbas ou se adia a viagem para o primeiro trimestre do próximo ano, em data a acordar com a Assembleia da República de Moçambique, mas efetuando-se a reserva dos bilhetes, logo que possível, por causa do custo dos mesmos. Informou ainda que foi recebida informação, enviada pela Embaixada de Portugal em Moçambique, relativa à deslocação da delegação a Portugal, tendo os elementos da delegação considerado a vista muito positiva. A informação será enviada aos Srs. Coordenadores.

Deu conhecimento que foi recebido na Comissão convite da Comissão homóloga do Parlamento Europeu para participação numa reunião interparlamentar, promovida por esta Comissão e pela subcomissão dos direitos do homem, com os parlamentos nacionais dos Estados-membros da UE, sobre a aplicação do quadro estratégico da UE em matéria de direitos do homem e da democracia, no próximo dia 25 de setembro. Estará presente o representante especial da UE para os direitos do homem, Mr. Stavros Lambrinidis. Considerando que estamos em pleno período de campanha eleitoral autárquica, considerou que seria difícil assegurar a representação pelo que, havendo concordância, informar-se-ia a Comissão, pedindo o envio da documentação distribuída na reunião.

Informou que foram recebidas na Comissão diversas iniciativas europeias para conhecimento, que foram enviadas aos membros da Mesa e Coordenadores. Caso haja interesse no escrutínio de alguma iniciativa, dever-se-á comunicar aos serviços.

Referiu também que, hoje, às 14:00, em conjunto com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, serão ouvidos em audiência representantes da Comoimpres-Cipri, entidade proprietária da Escola Profissional de Moura.

Finalmente, deu conta que a Comissão de Defesa Nacional está a organizar um Colóquio sobre PESC/PCSD, na primeira semana de novembro, com oradores

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 108/XII/ 3.ª SL

nacionais e internacionais. Tendo havido acordo na organização deste Colóquio, em conjunto com a 3ª Comissão, sugeriu que cada grupo parlamentar indicasse um representante para articulação mais estreita na preparação deste evento.

II Parte (11:00)

Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete
- Ponto de situação sobre a Síria.

O Sr. Presidente deu início a audição, começando por cumprimentar o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete e o Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira e restante delegação. Deu de seguida a palavra ao Sr. Ministro.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, cumprimentou os membros da Comissão e disse que todos os que passaram nesta casa sentem sempre a nostalgia da vida parlamentar quando aqui regressam. Entrando na ordem do dia, disse que Portugal tem acompanhado o conflito da Síria desde o seu início. Fê-lo como membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas e no quadro da União Europeia, defendendo sempre que a intervenção deve passar por uma deliberação das Nações Unidas. Ao longo destes dois anos de conflito, o Conselho de Segurança não conseguiu reunir consenso. O regime de Bashar al-Assad tem ignorado as resoluções das Nações Unidas e negou uma tentativa de mediação pela liga árabe que acabou por se retirar do país. Os movimentos de contestação ao regime de Assad foram inicialmente pacíficos, mas o arrastar do conflito levou à radicalização da oposição, e a postura do governo gerou uma espiral de violência. Em janeiro de 2013, Portugal reconheceu a coligação como representante do regime sírio. O governo português disponibilizou-se a receber refugiados sírios. Disse ainda que Importava apurar que substâncias foram usadas e quem perpetrou este crime, que Portugal condenou veementemente.

Referiu que recentemente os EUA e a Rússia chegaram a acordo para destruição de armas químicas. O regime sírio, para provar a sua boa-fé, tem de entregar um inventário de todas as armas químicas e a sua localização para posteriormente serem

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 108/XII/ 3.^a SL

destruídas. Concluiu referindo que é urgente uma iniciativa que permita encontrar uma solução política para a situação que se vive na Síria.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) cumprimentou o Sr. Ministro e desejou-lhe felicidades no exercício das suas funções. Há já dois anos que este conflito prossegue perante alguma indiferença da comunidade internacional. O facto de a Síria dizer que vai aderir à Convenção Internacional contra o Uso de Armas Químicas não responde à questão se vai acabar a guerra. Sem uma sanção é aberto um precedente para a comunidade internacional. Tem havido inação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O facto de haver muitas crianças entre os refugiados que precisam de auxílio imediato, dá uma dimensão da catástrofe a que a comunidade internacional não tem dado resposta. Concluiu referindo que algumas testemunhas dizem que a Rússia continuará a fornecer armas, pelo que poderá cessar a utilização de armas químicas mas manter-se a guerra.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, disse que a diligência diplomática dos EUA e da Rússia visa a clara proibição do uso de armas químicas e a sua destruição. É um passo indispensável que abre um espaço de negociação e dá garantias que será executado e cumprido. É difícil dizer se a negociação política irá ter lugar em breve ou não. Em termos humanitários a situação é extremamente grave. Destacou a intervenção do Dr. Jorge Sampaio que conseguiu que alguns estudantes sírios tenham possibilidade de prosseguir os seus estudos aqui. Lamentou que o Conselho de Segurança não tenha atuado de forma mais célere mas considerou que estão dados os passos para que não seja necessária uma intervenção militar.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) saudou o Sr. Ministro pelo desempenho inicial nestas funções e saudou especialmente o Sr. Secretário de Estado. Começou por referir que estamos perante uma guerra com milhares de mortos e refugiados. O conflito começou há dois anos e a questão humanitária continua a agravar-se cada vez mais. Temos aqui uma vertente do problema que importa equacionar. A União Europeia deve ir mais longe, pois está perante um conflito à sua porta. Questionou se podemos esperar da Europa uma atitude mais efetiva relativamente ao conflito sírio e

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 108/XII/ 3.ª SL

concluiu referindo que era importante a questão geoestratégica a par da questão humanitária.

A Sr.ª Deputada Mónica Ferro (PSD) disse que o plano acordado relativamente à Síria visava identificar, localizar e destruir as armas químicas. Ontem tivemos a prova da utilização de armas químicas. Na eventualidade de este plano não ser cumprido, o Capítulo VII da Carta tem de ser aplicado. A concluir, perguntou se Portugal estava a ponderar ceder armas à oposição síria.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, disse que a União Europeia continua a participar em iniciativas multilaterais, além disso a UE contribui significativamente em termos de ajuda humanitária. O papel da UE tem sido extremamente importante e a sua influência junto da comunidade internacional tem sido relevante. Quanto ao papel da ONU e do Conselho de Segurança, referiu que a ONU continua a ser a única organização mundial, no entanto a sua ação depende fortemente do Conselho de Segurança que está impedido de decidir devido às divisões dos seus membros permanentes. No caso da Síria houve já dois vetos que impediram a adoção de decisões. Enquanto estivemos no Conselho de Segurança procurámos contribuir para os esforços de consenso. Há esperança que o acordo entre a Rússia e os EUA facilite a adoção de uma posição. Concluiu referindo que não considera que uma resposta forte signifique uma intervenção militar que, entende, só seria legitimada pela aplicação da Carta das Nações Unidas.

O Sr. Deputado Rui Barreto (CDS-PP) desejou um bom trabalho ao Sr. Ministro e felicitou-o pela sua vinda à Comissão para falar de uma questão tão complexa e que constitui porventura a maior tragédia humanitária nestes últimos anos. Prosseguiu referindo que tem-se registado um aumento brutal do sectarismo pelo que nos opomos à continuação da guerra, até pelo que aconteceu no Afeganistão. Falta saber, prosseguiu, se foi o Presidente Assad quem determinou o uso de armas químicas ou se foi alguém da hierarquia. Esta situação relembra o que se passou na Líbia, e, se foram precisos dois anos para dismantelar o arsenal químico de um país que não estava em guerra, quanto tempo demorará a ser feito num país em guerra. A concluir perguntou qual o papel que poderá ter a liga árabe.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 108/XII/ 3.ª SL

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, começou por referir que não está nas intenções de Portugal fornecer armamento ou substâncias que permitam fabricar armamento à Síria. Disse que esperava que a vontade dos autores da resolução tivesse consequências e o primeiro passo é o reconhecimento pela Síria da posse de armas químicas, o que por si só já representa uma contravenção à Convenção Internacional. Mencionou a tese defendida por SA o Aga Khan que passa pelo desenvolvimento e reforço da sociedade civil e, a finalizar, salientou a relevância da Liga Árabe na devolução da paz àquela região.

O Sr. Deputado João Ramos (PCP) começou por saudar o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado e por referir que no entender do seu partido o Sr. Ministro está politicamente fragilizado pelo seu envolvimento no caso BPN. Prosseguiu referindo que é importante que o Estado português prossiga uma solução pacífica e está convicto que esta é a única que é conforme com o direito internacional e tem para além disso, o aspeto positivo de não se desenvolver à margem do Conselho de Segurança. Tem de haver uma postura de não ingerência nos assuntos internos da Síria. As soluções militares mostraram-se desastrosas e exemplificou com o caso do Iraque. Referiu ainda que o seu partido é favorável ao desmantelamento dos arsenais químicos e nucleares.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, agradeceu os cumprimentos iniciais. Quanto à questão do BPN, disse que se o Sr. Deputado João Ramos tivesse lido o comunicado que emitiu bem como a notícia que foi publicada no jornal Expresso veria a insuficiência das questões que refere. Referiu que considera lamentável a inação do Conselho de Segurança das Nações Unidas que, no caso do conflito sírio, é responsável por milhares de mortos e milhões de refugiados. A finalizar, referiu que lhe aprazava registar a concordância com a política prosseguida.

A Sr.ª Deputada Marina Aiveca (BE) começou por cumprimentar o Sr. Ministro e referiu que este conflito já provocou demasiados estragos em termos de vidas humanas e refugiados, pelo que ninguém pode ficar indiferente. A solução terá de ser sempre uma solução política. O relatório das Nações Unidas não especifica quem

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 108/XII/ 3.ª SL

utilizou as armas. Mencionou de seguida a dificuldade do relatório, depois de uma inação de cerca de dois anos, feito num espaço de tempo reduzido e que suscita algumas dúvidas. Embora esteja de acordo quanto ao acordo negociado entre a Rússia e os EUA, teme as suas consequências. A situação na Síria decorre também dos interesses próprios da Arábia Saudita pelo que é necessário garantir que o acordo não sirva apenas para adiar a intervenção dos EUA. Concluiu referindo que não se pode apoiar a política sanguinária de Assad mas também não se pode dar o apoio aos integristas que o combatem.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, agradeceu os cumprimentos. Disse que compartilhava os receios que foram referidos e considera que o acordo é de difícil implementação até pelos locais em que as armas químicas estão localizadas. O processo de destruição das armas químicas é moroso e complexo. Há a convicção que se deu um passo importante embora reconheça que a situação continua a ser grave. Os países em geral e a União Europeia em especial, devem esforçar-se para conseguir uma solução política.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) disse que a solução para este conflito tem de ser política e tem de ser conseguida no respeito pelo direito internacional. Há uma pressão dos EUA e da Rússia para que a Síria entregue o arsenal químico mas não há pressão para um cessar-fogo. A utilização das armas químicas é repugnante e representa um crime contra a humanidade mas, importa ter consciência, que a situação de guerra irá prosseguir. Perguntou, a concluir, se o Sr. Ministro achava confiável a adesão da Síria à Convenção Internacional contra as Armas Químicas.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) começou por referir que julga que é claro que se pretende acabar com o conflito. A questão é outra, é a de saber como vai ser o dia seguinte a acabar o conflito, até porque a imprensa internacional tem mencionado não se consegue identificar e perceber as ligações que a oposição síria tem e com frequência é mencionada a sua dominação por grupos ligados a Al-Qaeda. A resolução política tem de ter em conta esta realidade e cuidar de não criar um novo problema.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 108/XII/ 3.^a SL

O Sr. Deputado Rui Barreto (CDS-PP) disse que a Europa é olhada em regra como *soft power* e as sociedades euro-atlânticas estão cada vez mais céticas relativamente aos benefícios das intervenções armadas externas em países distantes. Perguntou ao Sr. Ministro como avalia o distanciamento existente entre sociedade civil e a política de intervencionismo liberal e de que forma a distância entre a sociedade e as forças armadas pode condicionar-nos estrategicamente.

O Sr. Deputado João Ramos (PCP) disse que o acordo a que se chegou é um bom sinal e manifestou concordância com a posição do Governo português expressa nos comunicados. Entende que esta é uma situação particularmente delicada, não só pelas questões humanitárias envolvidas, mas também porque se trata de uma região muito sensível. Felizmente têm sido os povos que têm travado alguns ímpetos belicistas, concluiu.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, agradeceu as questões colocadas e que vão ao encontro de uma questão que também o inquieta: o facto de a comunidade internacional estar preocupada com a questão das armas químicas não pode levar a que se ignore que também se está a tentar encontrar uma solução política. A Rússia deu de forma clara um passo em frente de forma a evitar uma intervenção armada na Síria. Houve uma focalização numa questão particularmente grave do conflito mas não crê que haja dúvidas que o primeiro objetivo é a localização das armas químicas e o segundo objetivo é encontrar uma solução política. Rematou a intervenção, considerando que, à medida que a democracia avança, os cidadãos vão dando maior importância à paz e tornando-se mais exigente no recurso à força.

O Sr. Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e, em nome da Comissão, despediu-se do Sr. Ministro e do Sr. Secretário de Estado.

A reunião foi encerrada às 12:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 setembro 2013.

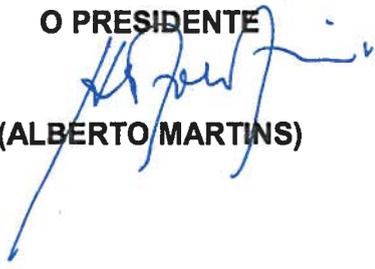


ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 108/XII/ 3.ª SL

O PRESIDENTE


(ALBERTO MARTINS)



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 108/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
António Rodrigues
Basílio Horta
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Feliciano Barreiras Duarte
Laurentino Dias
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Mário Magalhães
Mónica Ferro
Paulo Pisco
Carlos Enes
João Ramos
Mariana Aiveca
Paulo Simões Ribeiro
Rosa Arezes
Rui Barreto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Bernardino Soares
Helena Pinto
José Lino Ramos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Maria de Belém Roseira
Nuno Magalhães
Pedro Silva Pereira